

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202610/0014

Tipo Oferta: Procedimento Concursual Comum

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério do Ambiente e da Ação Climática

Orgão / Serviço: Direção-Geral de Energia e Geologia

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1.ª posição da carreira Técnica superior, nível remuneratório 16, ou a detida na origem.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho: Exercício de funções da carreira/categoria de Técnico Superior, constantes no Anexo a que se refere n.º 2 do artigo 88.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a desempenhar na Direção de Serviços de Energia Elétrica, prestando funções de natureza consultiva, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos técnicos ou científicos, destinados a fundamentar e preparar a decisão inerentes à sua qualificação profissional.

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Direção-Geral de Energia e Geologia	8	Avenida 5 de Outubro, n.º 208 (Edifício Santa Maria)	Lisboa	1069203 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 8

Observações:

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica Exigida: CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Engenharia Eletrotécnica, e ou técnicas afins.

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Tecnologias	Electrotecnia / Energia / Sistemas de Potência	Engenharia Electrotécnica
Tecnologias	Electrotecnia / Energia / Sistemas de Potência	Engenharia Eléctrica e Electrónica
Tecnologias	Energia	Engenharia Energética
Tecnologias	Energia	Engenharia de Energias Renováveis
Tecnologias	Energia	Engenharia de Processos e Energia
Tecnologias	Energia	Engenharia da Energia e do Ambiente
Tecnologias	Electrotecnia / Informática / Automação / Controlo	Engenharia Electrotécnica e Computadores
Tecnologias	Electrotecnia / Informática / Automação / Controlo	Engenharia Electrónica e de Automação

Outros Requisitos: Experiência na área das instalações eléctricas e aplicação de regulamentos de segurança e análise de projetos;
Experiência na área das instalações eléctricas e aplicação de técnicos.

Formalização Candidaturas

Envio de Candidaturas para: <https://recrutamento.dgeg.gov.pt/processos-ativos>

Contacto: 218735956

Data Publicitação: 2026-10-01

Data Limite: 2026-10-15

Descrição do Procedimento

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 24236/2026/2; 2ª série Nº 191 de 01/10/2026

Descrição do Procedimento: 1.Procedimento concursal comum para o preenchimento de 8 (oito) postos de trabalho do mapa de pessoal da Direção-Geral de Energia e Geologia, na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – 51/TS-C/2026. 2.Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), conjugados com o n.º 1 e 3 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (doravante designada Portaria), torna-se público que, por meu despacho de 07/08/2026, se encontra aberto o presente procedimento concursal comum, com vista ao preenchimento de 8 (oito) postos de trabalho na categoria e carreira de técnico superior (grau de complexidade 3), previstos e não ocupados, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), para a Direção de Serviços de Energia Elétrica (DSSE) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. 3.Reserva de recrutamento: Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Regime da Valorização Profissional dos trabalhadores com vínculo de emprego público, aprovado em anexo à Lei nº 25/2017 de 30 de maio, solicitou-se à Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), nos termos da redação atual da alínea i) do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 117/2011, de 15 de dezembro, a verificação da existência de trabalhadores em valorização profissional aptos a suprir a necessidade identificada, tendo sido emitida a declaração prevista no n.º 5 do artigo 34º do referido Regime, referindo a inexistência de trabalhadores com o perfil pretendido. 4.Legislação aplicável: Ao presente recrutamento é aplicável o previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (adiante designada como Portaria) e no Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. 5.Prazo de validade: O presente procedimento concursal é válido para os postos de trabalho em referência e caduca com a sua ocupação, sem prejuízo do recurso à reserva de recrutamento, para fazer face a necessidades futuras, no prazo máximo de 18 meses contados da data da homologação da lista de ordenação final, quando

seja constituída reserva nos termos do disposto nos n.os 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria. 6.Âmbito do recrutamento: Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, o recrutamento é restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, bem como candidatos não detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado que se enquadrem nas situações previstas no artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro. 7.Número de postos de trabalho a ocupar: 8 (oito) 8.Local de Trabalho: nas instalações da Direção-Geral de Energia e Geologia nas seguintes localidades: Refª A – Porto – 1 (um) Posto de trabalho – Divisão de Instalações Elétricas do Norte da Direção de Serviços de Energia Elétrica - Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (CNAEF 522) - Rua Manuel Pacheco de Miranda, 29 G Porto; Refª B – Lisboa – 3 (três) Postos de trabalho – Divisão de Licenciamento da Direção de Serviços de Energia Elétrica - Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (CNAEF 522) - Av. 5 de Outubro, 208 Lisboa; Refª C – Lisboa – 3 (três) Postos de trabalho – Divisão de Regulamentação e Controlo da Direção de Serviços de Energia Elétrica da Direção de Serviços de Energia Elétrica - Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica (CNAEF 522) - Av. 5 de Outubro, 208 Lisboa; Refª D – Évora – 1 (um) Posto de trabalho – Divisão de Instalações Elétricas e Combustíveis do Sul da Direção de Serviços de Energia Elétrica - Engenharia e técnicas afins (CNAEF) 520 ou 522 - Praceta das Empresas, 318, Évora. 9.Caracterização do posto de trabalho: Exercício de funções da carreira/categoria de Técnico Superior, constantes no Anexo a que se refere n.º 2 do artigo 88.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a desempenhar na Direção de Serviços de Energia Elétrica, prestando funções de natureza consultiva, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos técnicos ou científicos, destinados a fundamentar e preparar a decisão inerentes à sua qualificação profissional nos seguintes domínios de atividade, nomeadamente, e entre outras: À referência - A, corresponde designadamente as seguintes funções: • Analisar e instruir procedimentos de controlo prévio e de alteração das instalações destinadas ao transporte, distribuição, interligação e utilização de eletricidade de serviço particular; • Analisar e instruir procedimentos de controlo prévio e de alteração das instalações destinadas ao transporte, distribuição, interligação e utilização de eletricidade que integrem a rede Elétrica de Serviço Público; • Instrução dos procedimentos de reconhecimento e registo de técnicos responsáveis pelo projeto, execução e exploração de instalações elétricas de serviço particular, bem como de entidades instaladoras; • Realização das vistorias legalmente previstas a instalações elétricas de serviço público, particular e de produção, com elaboração dos respetivos autos ou relatórios; • Proceder à análise e avaliação das causas dos mais importantes acidentes e incidentes de natureza elétrica ocorridos na rede elétrica de serviço público; • Elaboração das respetivas propostas para decisão no âmbito dos procedimentos instruídos. • Atender e responder às consultas e reclamações sobre aspetos regulamentares referentes ao consumo, produção, transporte, e distribuição de energia elétrica, assim como à regulamentação técnica de segurança. • Acompanhamento do setor das profissões regulamentadas, nomeadamente no âmbito das instalações elétricas, ascensores, cogeração, setor elétrico e mobilidade elétrica; • Participação na elaboração de legislação e regulamentação técnica e de segurança na área da energia elétrica; À referência - B, corresponde designadamente as seguintes funções: • Analisar e instruir processos de controlo prévio e de alteração das instalações de produção, armazenamento, autoconsumo, transporte e distribuição de energia elétrica; • Assegurar a realização de vistoria e a inspeção legalmente previstas, elaborando os respetivos autos ou relatórios, relativos às instalações referidas no ponto anterior, bem como às centrais de produção de energia elétrica, independentemente do regime jurídico em que se enquadrem, bem como das instalações de armazenamento de energia elétrica. • Analisar e instruir processos de controlo prévio relativos a instalações e infraestruturas elétricas; • Emitir pareceres e informações técnicas no âmbito dos procedimentos de licenciamento e exploração de instalações elétricas; • Verificar a conformidade técnica e regulamentar dos projetos submetidos à DGEG; • Acompanhar os processos de alteração, transmissão e exploração das instalações licenciadas; • Colaborar na elaboração e atualização de legislação, regulamentação e orientações técnicas aplicáveis ao setor elétrico; • Promover a articulação com entidades públicas, operadores de rede, promotores e demais intervenientes nos procedimentos de licenciamento; • Atender e responder a consultas e reclamações relativas às matérias da Divisão de Licenciamento. À referência - C, corresponde designadamente as seguintes funções: • Analisar e instruir procedimentos de controlo prévio e de alteração das instalações

destinadas ao transporte, distribuição, interligação e utilização de eletricidade de serviço particular; • Analisar e instruir procedimentos de controlo prévio e de alteração das instalações destinadas ao transporte, distribuição, interligação e utilização de eletricidade que integrem a rede Elétrica de Serviço Público; • Instrução dos procedimentos de reconhecimento e registo de técnicos responsáveis pelo projeto, execução e exploração de instalações elétricas de serviço particular, bem como de entidades instaladoras; • Realização das vistorias legalmente previstas a instalações elétricas de serviço público, particular e de produção, com elaboração dos respetivos autos ou relatórios; • Proceder à análise e avaliação das causas dos mais importantes acidentes e incidentes de natureza elétrica ocorridos na rede elétrica de serviço público; • Elaboração das respetivas propostas para decisão no âmbito dos procedimentos instruídos. • Atender e responder às consultas e reclamações sobre aspetos regulamentares referentes ao consumo, produção, transporte, e distribuição de energia elétrica, assim como à regulamentação técnica de segurança. • Acompanhamento do setor das profissões regulamentadas, nomeadamente no âmbito das instalações elétricas, ascensores, cogeração, setor elétrico e mobilidade elétrica; • Participação na elaboração de legislação e regulamentação técnica e de segurança na área da energia elétrica; À referência - D, corresponde designadamente as seguintes funções: • Analisar e instruir procedimentos de controlo prévio e de alteração das instalações destinadas ao transporte, distribuição, interligação e utilização de eletricidade de serviço particular; • Analisar e instruir procedimentos de controlo prévio e de alteração das instalações destinadas ao transporte, distribuição, interligação e utilização de eletricidade que integrem a rede Elétrica de Serviço Público; • Instrução dos procedimentos de reconhecimento e registo de técnicos responsáveis pelo projeto, execução e exploração de instalações elétricas de serviço particular, bem como de entidades instaladoras; • Realização das vistorias legalmente previstas, com elaboração dos respetivos autos ou relatórios; • Elaboração das respetivas propostas para decisão no âmbito dos procedimentos instruídos. • Atender e responder às consultas e reclamações sobre aspetos regulamentares referentes ao consumo, produção, transporte, e distribuição de energia elétrica. • Acompanhamento do setor das profissões regulamentadas, nomeadamente no âmbito das instalações elétricas, ascensores, cogeração, setor elétrico e mobilidade elétrica; • Participação na elaboração de legislação e regulamentação na área da energia elétrica; 10.Posicionamento remuneratório: Os candidatos que já se encontrem integrados na carreira e categoria de técnico superior, mantêm a posição remuneratória detida no lugar de origem. Sem prejuízo do referido e dos valores indicados infra, nos termos do artigo 38.º da LTFP, a posição remuneratória de referência para o presente procedimento concursal é a 1.ª posição da carreira/categoria de técnico superior, a que corresponde o nível remuneratório 16 da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, na sua redação atual, sendo a remuneração de 1 499,15€ (mil quatrocentos e noventa e nove euros e quinze cêntimos), não havendo lugar a negociação de posicionamento remuneratório. 11.Requisitos Gerais de Admissão: Ser detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído e ser detentor dos requisitos enunciados no artigo 17.º da LTFP. 11.1.1De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 3 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da DGEG idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 12.Prazo para apresentação de candidatura: O prazo para apresentação de candidatura ao procedimento concursal é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP). 13.Habilitações literárias exigidas: Os candidatos devem ser titulares de Licenciatura, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º e n.º 2 do artigo 88.º da LTFP, exceto se já se encontrarem integrados na carreira de técnico superior. 14.Requisitos preferenciais: Ref. A — Porto: Experiência na área das instalações elétricas e aplicação de regulamentos de segurança e análise de projetos. Ref. B — Lisboa: Experiência na área das instalações elétricas e aplicação de técnicos. Ref. C — Lisboa: Experiência na área das instalações elétricas e aplicação de técnicos. Ref. D — Évora: Experiência em análise documental e de projetos. Requisitos transversais a todas as referências: Microsoft 365 (Word, Excel, Outlook/Teams), sistemas de gestão documental Formação complementar na área da Energia; Conhecimentos adequados da legislação e regulamentação aplicável ao licenciamento; Bom relacionamento interpessoal e capacidade de trabalho em equipa. 15.Formalização das candidaturas: 15.1 Nos termos do artigo 13.º da Portaria, as candidaturas deverão ser formalizadas por meio do preenchimento de formulário próprio, disponibilizado na plataforma de

recrutamento da Direção-Geral de Energia e Geologia (<https://recrutamento.dgeg.gov.pt/processos-ativos>). 15.2 As candidaturas deverão ser acompanhadas, obrigatoriamente, da seguinte documentação: a) Curriculum Vitae, detalhado e atualizado, datado e assinado; b) Fotocópias simples e legíveis dos comprovativos das habilitações literárias; c) Fotocópias simples e legíveis dos cursos e ações de formação frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho, com indicação das entidades promotoras, data de realização e respetiva duração, iniciada e concluída nos últimos 5 anos; d) Declaração atualizada (em data posterior à data de abertura do presente aviso) emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem, de forma inequívoca, a modalidade de vínculo de emprego público que detém, a antiguidade na categoria, na carreira e no exercício de funções públicas e a posição remuneratória correspondente à remuneração auferida, bem como as três últimas avaliações de desempenho que obteve. e) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo Serviço/Organismo a que o candidato se encontre afeto, atualizada à data da abertura do procedimento concursal, da qual conste a atividade que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, em conformidade com o estabelecido no respetivo mapa de pessoal aprovado, devidamente discriminada. f) Para efeitos do artigo 63.º e da alínea b) do n.º 2, do artigo 112.º, do Código do Procedimento Administrativo, o candidato deve fazer constar do mesmo formulário o seu consentimento prévio para o envio de notificações decorrentes da candidatura ao presente concurso para o endereço eletrónico que ali indicar; g) Para os candidatos que sejam militares em regime de contrato (RC), a declaração referida na alínea d) é substituída pela declaração emitida nos termos e para os efeitos do artigo 24.º do Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar. 15.3 A não apresentação dos documentos exigidos no presente aviso determina a exclusão dos candidatos quando a falta desses documentos impossibilite a admissão ou avaliação do candidato, nos termos do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria. 15.4 Em conformidade com o n.º 3 do artigo 15.º da Portaria, assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações, bem como a exibição dos originais dos documentos apresentados. 15.5 As falsas declarações prestadas pelos candidatos ou a apresentação de documentos falsos, serão punidas nos termos da lei. 16. Métodos de Seleção: Nos termos do n.º 5 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com os artigos 17.º e 18.º da Portaria, é adotado para o presente procedimento concursal um método de seleção obrigatório (Prova de Conhecimentos ou Avaliação Curricular) e um método de seleção facultativo. 16.1 Método de seleção obrigatório: 16.1.1 Prova de Conhecimentos (PC): visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, e será aplicada aos/as candidatos/as que: a) Não sejam titulares da carreira/categoria de Técnico Superior; b) Sejam titulares da categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar; c) Sejam titulares daquela categoria e se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar, mas que tenham, expressamente, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 36.º da LTFP, afastado a avaliação curricular no formulário de candidatura que se encontrem a cumprir ou a executar atribuições, competências ou atividades, diferentes das caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar. 16.1.2 A Prova de Conhecimentos (PC), tem a duração máxima de 60 minutos e uma tolerância de 15 minutos, será de natureza teórica, revestindo a forma escrita e efetuada em suporte de papel, adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, com realização de carácter individual com possibilidade de consulta, incidindo sobre conteúdos de enquadramento genérico e específico, diretamente relacionados com as exigências da função, tendo por base os temas a que se reporta a legislação mencionada no ponto seguinte, incluindo as alterações legislativas que sobre a legislação tenha recaído e ou venha a recair até à data da realização da prova. 16.1.3 A prova de conhecimentos (PC) incidirá sobre as seguintes temáticas, cuja legislação se indica: Legislação: Temática geral • Lei Orgânica da DGEG — Decreto-Lei n.º 130/2014, de 29 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 62-A/2015 de 3 de março — Determina a estrutura nuclear da Direção-Geral de Energia e Geologia e as competências das respetivas unidades orgânicas, estabelece o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e define o número máximo dos cargos de dirigente intermédio de 2.º grau. • Regulamento interno de horário de funcionamento, de atendimento e horário de trabalho na DGEG —

Despacho n.º 3992/2016, de 1 de março, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 55, de 18 de março e despacho n.º 9690/2017, de 30 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 214, de 7 de novembro. • Código do Procedimento Administrativo — Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro — artigos 3.º a 19.º (Princípios gerais da atividade administrativa); artigos 82.º a 88.º (Do direito à informação); artigos 102.º a 129.º (Procedimento do ato administrativo). • Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — artigos 6.º a 9.º (Modalidades de vínculo para o exercício de funções públicas); artigos 19.º a 24.º (Garantias de imparcialidade/acumulação de funções); artigos 70.º a 73.º e 76.º (Direitos, deveres e garantias do trabalhador e do empregador público); artigos 108.º a 119.º (Horários de trabalho); artigos 126.º a 135.º (Férias/Faltas); artigos 176.º a 179.º (exercício do poder disciplinar); artigos 288.º a 305.º (extinção do vínculo de emprego público). Temática técnica - Principal legislação aplicável: • Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro; • Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto; • Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão, aprovadas pela Portaria n.º 948-A/2006, de 11 de setembro; • Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho; • Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Secionamento, aprovado pelo Decreto n.º 42895, de 31 de março; Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas da Alta Tensão, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro; • Regulamento de Segurança de Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 90/84, de 26 de dezembro. 16.1.4 Durante a realização da prova não será autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado. 16.1.5 Os candidatos admitidos ao método de seleção Prova de Conhecimentos (PC) serão convocados, através de notificação via correio eletrónico para o dia, hora e local da realização da referida prova, nos termos previstos no artigo 16.º da Portaria. 16.2 Avaliação Curricular (AC): Visa analisar a qualificação dos candidatos face às tarefas descritas no Aviso, designadamente: a) Habilitações Académicas (HA) - Pondera as habilitações detidas; b) Formação Profissional (FP) - Pondera apenas as ações de formação e cursos profissionais frequentados pelo/a candidato/a que se relaciona e tenha interesse para o posto de trabalho a ocupar; c) Experiência profissional (EP) - Pondera a duração da experiência nas áreas relacionadas com o posto de trabalho a ocupar; d) Avaliação de Desempenho (AD) - pondera a classificação obtida na avaliação de desempenho dos 2 últimos ciclos avaliativos, sendo que na sua falta justificada, será atribuída a pontuação de 12 valores. Classificação da Avaliação Curricular: $AC = (20\% HA) + (10\% FP) + (60\% EP) + (10\% AD)$ 16.2.1 Na Avaliação Curricular (AC) é adotada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas. 16.3 Método de seleção facultativo: A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) — Este método visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, incidindo sobre as seguintes (a descrição de cada competência é a que consta. da Portaria n.º 214/2024/1, de 20 de setembro, com a distribuição de comportamentos constantes no Anexo 1 da Portaria n.º 236/2024/1, de 27 de setembro, relativos ao respetivo grau de complexidade funcional): Orientação para o serviço público; Orientação para os resultados; Análise crítica e resolução de problemas; Iniciativa; Organização, Planeamento e gestão de projetos. 16.4 A entrevista de avaliação de competências com uma ponderação de 30% no conjunto dos dois métodos de seleção, será organizada de forma individualizada e dispondrá cada candidato de um período de aproximadamente 30 minutos para a realização da respetiva entrevista. 17. Classificação Final (CF): A classificação final dos candidatos que completarem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com arredondamento até às centésimas, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, de acordo com a seguinte fórmula: Para os candidatos nas condições referidas no n.º 1 do artigo 36.º da LTFP: $CF = PC (70\%) + EAC (30\%)$, Para os candidatos nas condições referidas no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP: $CF = AC (70\%) + EAC (30\%)$ sendo: CF – Classificação Final; PC - Prova de Conhecimentos; AC – Avaliação Curricular; EAC – Entrevista de Avaliação de Competências. 18. Carácter eliminatório: serão excluídos do procedimento os candidatos que não compareçam ou que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção. 19. Em caso de igualdade de valoração final serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos no artigo 24.º da Portaria e caso subsista a igualdade, os critérios fixados pelo Júri são os seguintes: i-Maior nível habilitacional; ii-Maior classificação do nível habilitacional; iii-Candidato com

mais anos de experiência profissional na Administração Pública. 20. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada na plataforma de recrutamento. 21. Após homologação, a lista unitária de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível e público das instalações da DGEG, disponibilizada na respetiva página eletrónica, sendo ainda publicado, por extrato, um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação, nos termos do n.º 4 do artigo 25.º da Portaria. 22. Candidatos excluídos: Os candidatos excluídos do procedimento são notificados para efeitos de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 16.º e 25.º da Portaria. O exercício do direito de participação dos interessados poderá ser efetuado através do preenchimento de formulário próprio, disponível na plataforma de recrutamento da DGEG <https://recrutamento.dgeg.gov.pt/processos-ativos>. 23. Composição do Júri: Membros efetivos: Presidente do júri – Gilberto Alfredo Afonso Mariz, Diretor de Serviços de Energia Elétrica; 1.º vogal efetivo – Fernando Manuel Alves António, Chefe de Divisão de Regulamentação e Controlo; 2.º vogal efetivo – Carla Maria Brotas Góis, Técnica Superior da Divisão de Recursos Humanos; Membros suplentes: 1.º vogal suplente – Carla Alexandra Ferreira Teixeira Dias, Chefe de Divisão de Licenciamento; 2.º vogal suplente – Elisabete Gonçalves Henriques, Chefe da Divisão de Recursos Humanos. 24. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. 25. Quotas de emprego: de acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação. Os candidatos devem declarar no formulário de candidatura, mencionado no presente Aviso, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, nos termos do supramencionado diploma. 26. Na eventualidade de a lista de ordenação final, devidamente homologada, conter um número de candidatos aprovados superior ao número de postos de trabalho a ocupar, será constituída uma reserva de recrutamento interna, válida pelo prazo máximo de dezoito meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.os 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria. 27. Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, o presente Aviso será publicitado na 2.ª série do Diário da República, por extrato, na Bolsa de Emprego Público, em www.bep.gov.pt, e na página eletrónica da DGEG <https://www.dgeg.gov.pt/pt/areas-transversais/recursos-humanos/>. 28. Os dados pessoais recolhidos são necessários, única e exclusivamente, para a apresentação de candidatura ao presente procedimento concursal. O tratamento desses dados respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, na sua atual redação, e o Regulamento Geral da Proteção de Dados). 29. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente aviso, o procedimento concursal rege-se pelas disposições constantes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. O Diretor-Geral, Alexandre Santos

**Autorização dos membros do Governo Artigo
30.º da LTFP:**

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Terminó da Oferta**Admitidos****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:**